



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

LEI Nº 2.284/2020

REGULAMENTA O EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTABELECIMENTOS DE BAIXO RISCO QUE DISPENSAM ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO KAPLAN, Prefeito Municipal de Imigrante, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o Projeto de Lei nº 035/2020 e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A fiscalização dos estabelecimentos que dispensam atos públicos de liberação, na forma do art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 13.874/2019, no território do Município de Imigrante, será regida por esta Lei e observará os seguintes critérios gerais quando do exercício do Poder de Polícia respectivo:

I – presunção de boa-fé do particular;

II – intervenção mínima e excepcional do órgão fiscalizador no exercício de atividades econômicas de baixo risco;

III – harmonização das normas atinentes à segurança sanitária, ambiental, de posturas e de proteção contra o incêndio e todas as demais pertinentes a atividade, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

§ 1º. A presunção de que trata o inciso I deste artigo pode ser elidida por prova em sentido contrário, cabendo ao órgão fiscalizador, em decisão motivada e sem a utilização de valores jurídicos abstratos, demonstrar a imperiosidade da restrição a partir das consequências práticas da exigência ou medida aplicada.

§ 2º. Não será considerada intervenção ilegal o exercício regular do Poder de Polícia pelo Município.

§ 3º. O Poder Executivo, para fins do atendimento ao disposto no inciso III do *caput* deste artigo, manterá a adesão a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, nos termos da Lei Federal nº 11.598/2007.

Art. 2º. As atividades econômicas de baixo risco de que trata esta Lei estarão dispensadas de atos públicos de liberação, desde que o particular se valha, exclusivamente, de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais.

§ 1º. Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se atos públicos de liberação: a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o credenciamento, o estudo, o plano, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros.

Segue ...





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Lei nº 2.284/2020

Fl. 02

§ 2º. Somente serão consideradas de baixo risco as atividades constantes em Decreto Municipal editado, exclusivamente, para os propósitos de que trata esta Lei, sendo que todas as demais atividades dependerão de ato público de liberação antes do início das atividades econômicas, ainda que provisório, não lhes sendo aplicáveis as disposições desta Lei.

§ 3º. Enquanto não houver Decreto Municipal definindo o previsto no parágrafo anterior, valerá o constante em Resolução do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

§ 4º. A autorização, concessão ou permissão para o uso de bem público não está abrangida por esta Lei, cabendo ao empresário, antes do início da atividade, protocolar a solicitação para que seja realizada a abertura de processo transparente para a liberação da autorização, concessão ou permissão, nos termos da legislação vigente, sob pena de autuação por uso irregular.

Art. 3º. As atividades de baixo risco de que trata esta Lei serão fiscalizadas em momento posterior, de ofício, ou em razão de denúncia, a fim de averiguar se o estabelecimento está em conformidade com as normas urbanísticas, de posturas, do meio ambiente, de vigilância sanitária, saúde pública e demais poderes de polícia pertinentes ao ramo de atividade econômica.

Parágrafo único. O exercício posterior do Poder de Polícia de que trata o *caput* deste artigo, ainda que não resulte na concessão de um ato público de liberação, sujeita-se ao pagamento da taxa correlata, prevista nas legislações respectivas do Município, independentemente da regularidade do estabelecimento fiscalizado.

Art. 4º. As fiscalizações de que tratam o art. 3º desta Lei são independentes, mas harmônicas entre si, sendo vedada a exigência de documentação que não guarde pertinência com o poder de polícia de cada órgão municipal, ou sobreposição de exigências já apresentadas em fiscalizações anteriores.

Parágrafo único. O Poder Público não exigirá documentos que estejam disponíveis na Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas.

Art. 5º. Para fins do disposto no art. 4º desta Lei, os atos fiscalizatórios e os documentos solicitados deverão ser compartilhados, em meio físico ou eletrônico, com todos os setores que atuam no exercício do Poder de Polícia, independentemente de quem vier a exercê-lo primeiro.

§ 1º. A cada Órgão, no âmbito de sua competência, compete ratificar o exercício regular dos direitos de Liberdade Econômica ou exigir, do fiscalizado, a documentação pendente.

§ 2º. Somente o órgão detentor da competência fiscalizatória é que pode dispensar ou ratificar o ato público de liberação, cabendo aos demais, ao tomarem conhecimento de irregularidades que estejam além dos limites de suas atribuições, compartilhar a informação na forma do *caput* deste artigo, para que o Órgão competente adote as providências que entender cabíveis.

Segue ...



Rua Castelo Branco, nº 15, Centro - CEP 95.885-000 - Imigrante/RS - Fone (51) 3754-1100

www.imigrante-rs.com.br

e-mail: ouvidoria@imigrante-rs.com.br

"A Terra dos Imigrantes"



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Lei nº 2.284/2020

Fl. 03

Art. 6º. Quando da fiscalização posterior dos estabelecimentos de que trata o art. 3º desta Lei, o Fiscal deverá exigir:

I – o Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndios – APPCI ou Certificado de Licenciamento de Corpo de Bombeiros – CLCB ou, na ausência, o protocolo do requerimento junto ao Órgão Estadual, observado o previsto na Lei Municipal nº 2.058/2015 e alterações;

II – a documentação que comprove o exercício regular da atividade de baixo risco, observado o disposto no art. 4º desta Lei;

III – a documentação que comprove tratar-se de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, observado o disposto no art. 4º desta Lei;

IV – outros documentos pertinentes ao ramo da atividade, observado o disposto no art. 4º desta Lei, inclusive os documentos previstos no § 4º do Art. 222 da Lei Municipal nº 426/1995 (Código de Posturas) e alterações.

§ 1º. A fiscalização posterior deverá ser reduzida a termo, assinada pelo fiscalizado e arquivada nos expedientes do Órgão respectivo.

§ 2º. O Termo de Fiscalização deve ser disponibilizado para as demais Secretarias e órgãos responsáveis pelo exercício do Poder de Polícia respectivo a fim de atender o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 7º. Em caso de constatação de exercício de atividade de baixo risco em contrariedade à boa-fé e às normas urbanísticas, sanitárias, ambientais, de saúde, consumo e afins, o contribuinte será imediatamente autuado com base na Lei respectiva, seja ela sanitária, ambiental, de posturas ou outra pertinente ao ramo da atividade, lavrando-se o Auto de Infração competente e aplicando-se as penalidades cabíveis na legislação correspondente.

§ 1º. Será considerada contrário à boa-fé, o exercício efetivo de atividade econômica que não corresponder aos atos constitutivos e às declarações fornecidas em meio eletrônico (REDESIM), sem prejuízo das demais sanções aplicáveis na hipótese.

§ 2º. Será considerada contrário a boa-fé, o exercício de atividade econômica sem o cadastro tributário respectivo, sem prejuízo das sanções previstas nas legislações de cada ente federado.

§ 3º. Não afasta a presunção de boa-fé:

I – a ausência de APPCI, CLCB ou protocolo, desde que se trate de estabelecimento cujas atividades tenham iniciado em menos de 90 (noventa) dias contados da data da fiscalização efetiva;

II – a ausência de cadastro tributário, desde que se trate de estabelecimento cujas atividades tenham iniciado em menos de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da fiscalização efetiva;

III – a ausência de licença ambiental ou dispensa, desde que se trate de estabelecimento cujas atividades tenham iniciado em menos de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da fiscalização efetiva;

IV – a ausência de licença sanitária, desde que se trate de estabelecimento cujas atividades tenham iniciado em menos de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da fiscalização efetiva;

Segue ...

Rua Castelo Branco, nº 15, Centro - CEP 95.885-000 - Imigrante/RS - Fone (51) 3754-1100

www.imigrante-rs.com.br

e-mail: ouvidoria@imigrante-rs.com.br

"A Terra dos Imigrantes"



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Lei nº 2.284/2020

Fl. 04

V – a ausência de qualquer licença específica para a atividade, desde que se trate de estabelecimento cujas atividades tenham iniciado em menos de 30 (trinta) dias contados da data da fiscalização efetiva.

§ 4º. O ônus da prova acerca da data do início das atividades é do estabelecimento do fiscalizado.

§ 5º. Situações concretas que extrapolem os limites do § 3º deste artigo podem ser reavaliadas pelo Órgão Fiscalizador competente que, por meio de decisão motivada, sem a invocação de valores jurídicos abstratos e considerando os efeitos práticos da medida a ser aplicada, relativizará os critérios de autuação, preferindo por uma notificação orientadora, dando o devido prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias para a sua regularização, considerando as dificuldades envolvidas e a capacidade do empreendedor de resolver as pendências documentais.

Art. 8º. Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, por Decreto.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE IMIGRANTE, 16 de dezembro de 2020.

Registre-se e Publique-se



CELSO KAPLAN
Prefeito Municipal